

INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA E AUTONOMIA DE GÊNERO O CASO DAS MULHERES GARIMPEIRAS DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Luzia Rodrigues Arruda

Resumo

O presente artigo é parte da pesquisa em andamento que trata da trajetória de mulheres negras, que tem como finalidade desvelar as nuances do trabalho feminino no Município de Peixoto de Azevedo – MT, tendo como protagonista a mulher na condição de proprietária do garimpo, demonstrando sua relevância para a manutenção familiar, sobretudo nos momentos de adversidade que permeou o contexto retratado. A metodologia desta pesquisa, ainda em desenvolvimento, tem uma abordagem qualitativa, por se encarregar de uma dimensão que não pode ser mensurada, com uma técnica baseada na história oral. O presente estudo possibilita o registro da história da mulher negra na perspectiva de protagonista na atividade garimpeira, passagem essa silenciada pela história oficial.

Palavras-chave: Mulher Negra, Garimpo, Trajetória.

Introdução

A pesquisa em andamento tem como objetivos conhecer as trajetórias de mulheres negras protagonistas, garimpeiras oriundas de espaços geográficos diversos, que estiveram na região de Peixoto de Azevedo-MT, exercendo trabalho de extração mineral de ouro, como também relatar as ferramentas usadas para transpor as dificuldades nesse espaço, sejam elas de cunho financeiro, ausência de infraestrutura ou nas áreas da saúde, educação e transporte.

Peixoto de Azevedo está localizada ao norte do Estado de Mato Grosso na Região Sul da Bacia Amazônica, com uma população de 30.812 (trinta mil, oitocentos e doze), segundo dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último censo de 2010.

A cidade de Peixoto de Azevedo – MT surge no processo de expansão demográfica iniciado em 1970, porém, com incursões no século XVII, que vislumbravam a criação de uma rota marítima, que inclusive deu origem ao nome do rio que perpassa a cidade. Ainda segundo o IBGE, o nome da região faz homenagem a Antonio Peixoto de Azevedo – tenente de milícias –, que em 1819 desceu o rio Teles Pires em levantamento de possível navegação fluvial, porém, por não ter aprovado o itinerário, desistiu dessa rota de navegação.

O processo de povoamento de Peixoto de Azevedo-MT se intensifica a partir da abertura da rodovia Cuiabá-Santarém, na década de 70, quando inicia a execução do Projeto de Integração Nacional – PIN (CASTRO, 2002).

Diferentemente da Marcha do Oeste, de 1937, que visava a ocupação geográfica dos tidos “espaços vazios” em seu discurso de colonização, a ocupação do Norte do Estado de Mato Grosso só foi

[...] facilitada, a partir da década de 1960 pela construção de Brasília, a penetração e ocupação da Amazônia sofrerá grande e decisivo impulso nos anos setenta, sobretudo após a implantação dos eixos rodoviários, facilitando e incentivando a entrada das sucessivas levas de migrantes que se deslocarão para o Norte em busca de “melhores condições de vida” e trabalho. (RIBEIRO, 2001, p. 37)

O Governo Federal deu então início a um novo plano de ocupação do Norte de Mato Grosso, com o Programa de Assentamentos Conjuntos – PCAs, o “governo e a iniciativa privada, esta última através das cooperativas de agricultores, e a abertura para as empresas particulares de colonização interessadas em assentar colonos no norte de Mato Grosso”(RIBEIRO, 2001, p.26).

A política de assentamento do Norte do Brasil tem a princípio como objetivo fundamental aliviar as tensões no sul dos pequenos latifúndios e os problemas do Nordeste brasileiro, resultantes de um longo período de estiagem, “na tentativa de diminuir o clima de conflito e tensão social nas áreas de ocupação agrícolas mais antigas” (RIBEIRO, 2001, p.48).

Nesse contexto, a iniciativa privada assume a responsabilidade e o Estado inicia uma nova política de povoamento, deixando a responsabilidade que dantes lhe pertencia nas mãos de empresas. Logo esse:

[...] espaço é pensado e descrito como espaço da colonização, planejado e executado por empresas colonizadoras tidas como modelos bem sucedidos na criação e ocupação de espaços para a produção agrícola, os projetos de colonização obtiveram do governo militar a preferência para a reocupação e controle da terra, no extremo norte de Mato Grosso [...] (RIBEIRO, 2001, p.13)

A proposta de integração dos militares deveria ocorrer “para tirar proveito da expansão da fronteira econômica, absorvendo os contingentes populacionais de outras áreas elevando o nível de renda e bem estar da região” (Jornal O ESTADO, 1977, p. 10).

Nesta pesquisa, o termo fronteira é usado no sentido sociológico de Martins (2009), sendo assim, Peixoto de Azevedo-MT se constitui como uma verdadeira fronteira do humano com o outro. Nesse diapasão, índios Panará, outrora chamados Krên-aka-rorê, foram quase

dizimados ao se depararem com outros humanos, como os camponeses, com uma economia de subsistência, bem como aqueles que foram chegando de diferentes regiões do país, dentre eles nordestinos, sulistas, paraenses. E é nesse encontro de vidas culturalmente tão diferentes que propiciou a discordância que terminaram em conflitos.

Martins (2009) sustenta que é na fronteira que ocorre a situação de conflito social, logo, deve ser considerado que:

Dentre as muitas disputas que a caracterizam, a que domina sobre as outras e lhes dá sentido é a disputa pela definição da linha que separa a cultura da natureza, o homem do animal, quem é humano e quem não o é. A fronteira é um dos raros lugares na sociedade contemporânea em que essa disputa ainda tem a visibilidade que em outros perdura apenas na discussão teórica e filosófica. [...] É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se vêem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentido. Na fronteira o homem não se encontra – se desencontra. (MARTINS, 2009, p. 10)

Nessa perspectiva, segundo Martins, o conceito de fronteira é o de encontro do humano, ou seja, situação na qual seres diferentes se defrontam, cada um com seus sonhos de construção de uma vida econômica, objetivos, hábitos e costumes que se chocam, na “disputa pela definição da linha que separa a cultura e a natureza, o homem e o animal, quem é humano e quem não o é”. (MARTINS, 2009, p. 10).

Martins (2009) compreende que a fronteira tem dois lados: o de lá e o de cá; que não se pode pensar apenas o suposto lado do civilizado. Desse modo, fronteira para ele é a concepção de uma “fronteira do humano”, em que a dimensão econômica e capitalista é secundária.

E nessa fronteira que tem em seu universo interno um movimento de forças, num espaço em expansão, permeados de objetivos pessoais, empresariais, econômicos, políticos “[...] em que relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras ‘não ocupadas’ ou ‘insuficientemente’ ocupadas” (MARTINS, 2009, p. 132).

As fontes acima colaboraram nesse olhar, na escuta atenta que agora me lanço, qual seja: ouvir as vozes dessas mulheres que deixaram seus ecos nas marcas históricas. Ouvir, neste momento, é escutar o som dos gemidos, das músicas, das ladainhas, dos gritos, do silêncio marcado pela história, da alegria incontida do sucesso. É uma tentativa de emprestar meus ouvidos à história não contada. Essas linhas serão cúmplices e testemunhas das

tessituras de minhas incursões enquanto pesquisadora que, ao pesquisar, busca, na verdade, compreender-se.

Neste trabalho, procuro levantar e conhecer as trajetórias de vida de mulheres negras garimpeiras proprietárias de “dragas” e “balsas”, na tentativa de resgatar o processo pelo qual as depoentes construíram suas vidas até hoje, possibilitando conhecer as ferramentas pelas quais elas se inseriram no espaço de garimpo, bem como as influências dessa atividade no caminho percorrido através da educação formal e informal, seus embates, seu trajeto de conquista de autonomia, e a reconstrução de novos modos de relacionamento marcados pela luta pela sobrevivência.

Para atender aos objetivos propostos fez-se a opção pela abordagem metodológica qualitativa, uma vez que, como defende MINAYO (2007), nas Ciências Sociais esse tipo de abordagem se encarrega de uma dimensão que não pode ser mensurada, pois seu universo envolve “significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, 2007, p. 21).

Na coleta, fez-se a opção pela técnica da História Oral, por se acreditar que a mesma contempla a (re) construção da memória daqueles que, durante anos, foram mantidos, pela história oficial, no silenciamento. Acredita-se, pois, que “a História Oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo” (THOMPSON, 1998, p. 44).

Por acreditar que é através da oralidade que ocorre a comunicação entre seres humanos que, embora diferentes entre si na sua essência, utilizam dessa ferramenta para fazer a transmissão de conhecimento, preservação e manutenção de saberes. Somada à sua utilidade usual, a oralidade abre “a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais” (POUPART, 2008, p. 216).

Assim como olhar o mundo precede a sua compreensão, a comunicação oral precede à escrita, estando presente ao longo da história do homem onde “a escrita é substituída pela palavra” (QUEIROZ, 1991, p. 2).

O relato, atualmente denominado de História Oral, esclarece Queiroz (1983, p. 2), “constitui a maior fonte humana de conservação e difusão do saber”. Nesse mesmo sentido, TourtiereBonazzi (2005) acreditam na necessidade de “estabelecer certos vínculos”, como fator indispensável para o sucesso no diálogo entre pesquisador e pesquisado.

Vale ressaltar que os avanços e inventos tecnológicos não significam o fim da oralidade e provavelmente não minimizam o seu valor, mas, pondera Queiroz (1991, p. 2), constituem-se como “[...] meio milagroso de conservar a narração uma vivacidade de que um simples registro no papel as despojava”. Com o uso do gravador temos a reprodução da “voz do entrevistado, suas entonações, suas pausas, seu vai-vem no que contava” e pode oferecer segundo a mesma autora “outros tantos dados preciosos para estudo” (QUEIROZ, 1991, p. 2).

A história oral, para Thompson (1992, p. 41-44), cuida “de vidas individuais – e todas as vidas são interessantes”. Dentre as várias possibilidades, escolheu-se a técnica de história de vida, ou seja, o “relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu” (QUEIROZ, 1991, p.6).

Por se acreditar que a coleta dos relatos seja a melhor forma de apreender a realidade imposta no reviver da memória, uma vez que as presenças ou ausências na fala podem representar tanto caminhos dolorosos, quanto as vitórias conquistadas no percurso histórico de cada vida no depor de si, e sobre si. Adotou-se esse procedimento flexível, que, como Becker (1999, p. 94) sustenta, “[...] muitas vezes gera dados muito mais completos, na medida em que o próprio entrevistador toma posições sobre algumas questões e usa a tática de conversação [...]”.

Sobre o entrevistador, Martins (1993) aborda também a necessidade de ele ter uma percepção além, ou seja, da comunicação não verbal, que se dá no momento da coleta de dados, devendo estar atento aos indicadores, presentes/ausentes:

No campo, o pesquisador se defronta com uma linguagem dosilêncio. Com o tempo, aprende a conviver com essa população e descobre o que significa o seu silêncio. É uma forma de linguagem e um meio de luta. É preciso uma paciência enorme para ouvir esse silêncio. E é ele que fala mais do que qualquer outra coisa. Às vezes, em uma situação de entrevista, o entrevistado é capaz de ficar longo tempo calado. As poucas palavras, intercaladas por pausas e acompanhadas por muitos gestos, colocam o pesquisador diante da ampla riqueza dessa fala dupla, que oculta e revela e, com isso, situa quem fala e, também, quem ouve.(MARTINS, 1993, p. 33).

A atenção nesses momentos de ausência/presença da fala, refletido no embargo da voz, na euforia contida na lembrança, no riso silencioso da dor, no rememorar de si, no depor de si mesmo carregado de subjetividade, são considerados dados importantes para o pesquisador que, para Martins (1993), defende a necessidade de observação dos gestos, meneios de cabeça, abrir e fechar dos olhos cheios de emoção, os olhares distantes envolvidos em longo silêncio, silêncio esse no qual contém um universo de conteúdo.

O corpo fala em uma linguagem própria, mesmo que tentemos esconder no depor de si, muitas vezes não conseguimos colocar em palavras e acabamos por nos expressar pela sobrecarga da fala, ou pelo uso do “[...] braço, nariz ou mão [que] é letra, o conjunto forma palavra!”, conforme previu Weill (2004, p. 61).

Queiroz (1991, p. 162) vem complementar a ideia, pois considera a relação estreita entre entrevistado e entrevistador baseada na afeição, de forma que a confiança possibilite um diálogo franco, oportunizando a exteriorização de suas opiniões com uma maior franqueza.

Será utilizada, nesta oportunidade, a entrevista semiestruturada, “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2007, p.64).

Considerando os aspectos relacionados à pesquisa quanto ao tempo, sobre a história de vida, propomo-nos a abordar 15 (quinze) mulheres negras garimpeiras que tivessem estado nessa atividade como proprietárias de “dragas” e/ou “balsas”, com um recorte temporal estabelecido entre os anos de 1970 a 1993, que foram assim delimitados por representar os momentos de ascensão, auge e a decadência da atividade garimpeira na região de Peixoto de Azevedo - MT. Entretanto, só conseguimos entrevistar 06 (seis), haja vista a impossibilidade de encontrar mulheres dentro desse recorte temporal, que tivessem esse perfil quanto ao protagonismo em áreas garimpeiras.

A história da presença da mulher no garimpo não é lembrada como em outras partes da sociedade, pelo contrário, ela é silenciada. Logo:

Quando observamos o percurso realizado pelas mulheres na conquista de seus direitos mais elementares, como o de ser alfabetizada, poder frequentar escolas, ou simplesmente ser considerada dotada de inteligência, verificamos o quanto esse percurso foi tortuoso.(DUARTE, 2005, p.149).

Frente ao exposto, será de suma importância a pesquisa em desenvolvimento, pois servirá como forma de conhecer e registrar a trajetória dessas mulheres negras no processo de extração do ouro no garimpo na região de Peixoto de Azevedo – MT. Isso porque o trabalho desenvolvido por elas nesse espaço e a relação entre a escolaridade e a vida de garimpeira, interpeladas pela realidade vivenciada e os seus arranjos como forma de organização que ilustram “as experiências e as definições vividas por uma pessoa, um grupo, uma organização, como esta pessoa, esta organização ou este grupo interpretam sua experiência” (DENZIN *apud* MINAYO, 2004, p. 126)

Para Queiroz a história de vida é uma ferramenta que permite capturar parte da subjetividade presente no depoente, pois:

[...] o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que ele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Desta forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapasse o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence. Porém, o relato em si mesmo contém o que o informante houve por bem oferecer, para dar idéia do que foi sua vida e do que ele mesmo é. (QUEIROZ, 1991, p. 6)

Além disso, Queiroz sustenta que existem dois interesses no espaço da entrevista: o do relato do narrador preocupado com a cronologia e a linearidade dos acontecimentos; e o do pesquisador que deseja encontrar a relação existente entre os acontecimentos de caráter individual e as coletividades a que pertence o depoente.

A ordem particular dos fatos não exclui da coletividade deter a mesma vivência a que o narrador se insere. A história de vida é, portanto, técnica que “capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social” (QUEIROZ, 1991, p. 20, 21).

Os resultados das mudanças existentes no itinerário de vida da mulher são mais evidentes pois a:

[...] trajetória das mulheres é mais instável devido aos encargos familiares, ao nascimento dos filhos, aos cuidados dispensados à criação deles, atribuições muitas vezes conflitantes com o trabalho profissional em razão da organização social de gênero que determina que o trabalho reprodutivo caiba à mulher. (BARROZO, 2007,p.27).

Em sua pesquisa, de 1950, Hasenbalg (1997) concluiu que a inserção da mulher negra no mercado de trabalho se dá através do trabalho doméstico, uma vez que à época 89% da empregadas domésticas no Brasil eram negras. Esse quadro se mantém na trajetória das mulheres negras, conforme dados do IBGE/PME/2009, elas continuam sendo maioria nesses serviços:

Doméstica negra é o que mais há. Segundo o IBGE/PME, uma em cada cinco trabalhadoras pretas e pardas ainda é empregada doméstica (o percentual exato é 20,1%). Entre as brancas com alguma ocupação, esta proporção é de uma em cada dez (9,9%) (IBGE/PME/2009).

Um dos caminhos que a mulher negra trilhou foi fazer dos trabalhos domésticos uma extensão como ferramenta para obter condições financeiras – capital – para adquirir máquinas para a extração de ouro. Conforme podemos observar no relato de Pepita transcrito a seguir:

Aí nós ficemu só lavanu roupa mermo.
 Lavando roupa da piãozada, e trabaiano nos bolo.
 Todo santo dia, tarra com a banquinha ali na rua do Comercio.
 Eu trabaiano no dormitório São Jorge.
 Num tinha bolo, num tinha cuscuz, num tinha café que chegava pá piãozada.
 E dinheiro caínu muito viu!
 Aí, vai, vai, eu vô mi infruí pá comprá um par de máquina.
 Aí comprei o par de máquina”.

Para Hasenbalg (1997), as desigualdades existentes entre a população branca e negra não são herança do regime escravocrata, mas colocam em evidência as oportunidades desiguais de ascensão social desigual a que foram submetidos no pós-abolição. Nesse sentido, podemos dizer que essa condição estratificada a que é submetida a população negra é um processo de “operação contínua de princípios racista de seleção social” (HASENBALG, 1997, p.198).

As entrevistadas são oriundas de Estados diferentes, sendo 03 delas do Maranhão, uma do Pará, uma de Goiás e uma do Piauí. Quanto à formação acadêmica delas, temos: uma com nível superior, uma com ensino médio completo, uma que estudou até a terceira série do ensino fundamental, e três delas que não possuem escolarização institucionalizada – escrevem apenas o próprio nome.

A trajetória acidentada de escolarização de algumas dessas mulheres tem relação com o insipiente sistema que não cobria “qualitativamente” e “quantitativamente” o território brasileiro (ROMANELLI, 1977). A população empobrecida se encontrava fora dos centros urbanos onde o sistema educacional, saúde e infraestrutura estavam mais presentes.

A população negra, em especial a mulher negra, tem enfrentado condições desfavoráveis. Para Hasenbalg, este grupo foi excluído das oportunidades sociais de status em decorrência de “um complexo de circunstâncias históricas que atuou no sentido de limitar as oportunidades socioeconômicas da população de cor durante as quatro décadas seguintes à escravidão” (HASENBALG, 1997, p.167).

Na tabela 1 a seguir podemos ver como estava a distribuição da população no sistema escolar brasileiro.

ASPECTOS DO CRECIMENTO DA POPULAÇÃO DE 7 A 12 ANOS, NO BRASIL, E A EXPANSÃO DO ENSINO PRIMARIO POR REGIÕES						
1940				1950		
Regiões	População	Frequência à	%	População	Frequência à	%

Norte	240.568	153.404	63,76	289.534	168.108	58,06
Nordeste	1.627.682	493.534	30,32	2.063.404	1.012.483	49,06
Leste	739.517	177.170	23,95	912.877	368.226	40,33
Centro-Sul	4.140.808	2.381.645	57,51	4.805.637	3.560.107	74,08
Total	6.748.575	3.205.753	47,51	8.071.452	5.108.924	63,29

Fonte: ROMANELLI, 1977, p. 65 *apud* Florestan Fernandes, Educação e Sociedade no Brasil, pp. 48 e 51

Ao olharmos a tabela 1 podemos averiguar que na região Nordeste apenas 30,32% da população na década de 1940 estava frequentando a escola. A trajetória escolar de uma das entrevistadas tem uma relação próxima com o insipiente oferecimento de um sistema escolar da época, já que pode ser observado que quase 70% da população em idade escolar se encontrava fora da escola.

No caso da região Norte a frequência escolar é maior se comparada à região Nordeste, porém o acesso à escola pela população do interior, principalmente para essas mulheres, era difícil, como podemos comprovar com o relato de uma das entrevistadas, Pepita II:

[...] só estudei a 3ª série, logo nos morava no interiorzinho, lá não tinha professor, não tinha nada. Lá onde eu fui mesmo estudar a primeira vez mesmo era um povoadozinho, aí nos viemos embora, lá pra onde nos tavanum tinha, num tinha, num tinha colégio. Aí nos ficuemo todo tempo sem estudar. Nós foi crescendo, crescendo tudo sem estudo mesmo.

Podemos inferir que a existência do sistema escolar na época não possibilitava uma carreira promissora, tendo em vista não haver um avanço para graus superiores. Nesse contexto, com um futuro comprometido, essas mulheres viram no ato de migrar a solução para um futuro promissor.

O cotidiano das mulheres no espaço do garimpo é potencializado pelo fator geográfico – com o difícil acesso ao estudo, ausência de infraestrutura da educação, saúde, transporte, e a grande mobilidade de trabalhadores no processo de extração. Por meio de alguns depoimentos constatamos que a preocupação dessas mulheres esteve ligada à subsistência da família de um modo geral, criando redes de parentesco para aninhar familiares que estavam distantes em condições desfavoráveis economicamente.

Podemos constatar pelo depoimento da senhora Pepita como a rede de parentesco foi determinante na sua decisão de mudança de um estado brasileiro para outro:

Aí meus parente morava aqui em Peixoto Jorge Preta, Antonhio Amaro.

E nois vivia lá em Santa Inês junto c'os pais de Antonhio Amaro bem pertinho, morano pertinho! Aí Antonhio Amaro foi buscá os pais dele aqui pá Peixoto. Aí disse que num ia deixa nós. Ia traze nós. Que num deixava nós de jeito nenhum. Aí eu vim.

Algumas das entrevistadas deixaram parte de sua família, em regra marido e filhos, e vieram trabalhar para ajudar no sustento da casa. Faziam serviços domésticos trabalhando como boleiras, lavadeiras, faxineiras, etc., para que com o dinheiro recebido pudessem comprar “dragas” e “balsas” para começar um novo empreendimento na extração de ouro, já que se encontravam em área garimpeira.

A família que fora deixada no interior, mais tarde, veio se juntar na luta do espaço garimpeiro, movidos pelo sonho do “eldorado” de Mato Grosso, somando forças para a extração do minério.

A dificuldade de permanência dos trabalhadores no garimpo segundo uma das entrevistadas se deu pela instabilidade da extração aurífera onde ocorrem períodos de grande extração e outros de quase nenhuma, que faz com que os garimpeiros tenham de ser itinerantes nesse espaço na busca do metal.

Conforme a fala da mesma senhora anteriormente citada:

Na terra do sinhô Valdir e lá nós levemu dois meses pá abrir uma boca de serviço. No manual passava o dia todinho derrubanu barreira mais meu fio Antônio José. Os Pinhão ia e oiava e voltava pá traz. Só ficava o esposo da cozinheira e outro rapaz que nunca abandonava nós, os outro iam tudo embora.

A determinação em encontrar o ouro pode ser constatada no relato de Pepita, que, mesmo diante da dificuldade em achar pessoal para execução do trabalho, persistiu para que pudesse haver uma mudança em sua condição econômica e social.

Entendemos que essas mulheres tiveram e têm um papel importante, pois são agentes sociais na luta gerida no espaço em construção de uma sociedade mais democrática e fraterna, na qual a alteridade esteja presente. Elas, com suas próprias mãos, trabalharam e, em consequência disso, contribuíram para o processo de civilização do Município, ainda que esse fato não possa ser constatado por nenhum monumento.

Portanto, considerando a falta de registro desses fatos na história oficial do Município, podemos concluir que eles fazem parte da opacidade histórica, não por que suas contribuições não tenham valor. Em uma conferência sobre a diáspora africana Alberto Costa e Silva (2012) afirma a importância desses povos que “deixaram menor marcas no passado do que a importância que eles tiveram nesta passagem”

Diante disso, a relevância desta pesquisa consiste no registro, divulgação e reconhecimento da contribuição de grupos minoritários que não aparece na história oficial.

Referências

BARROZO, João Carlos. *Em busca da pedra que brilha como estrela: garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai – Diamantino*. Cuiabá: Tanta Tinta, 2007.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisas em ciências sociais*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CASTRO, S. Pereira. et al. *A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

COSTA e SILVA, Alberto. *Historia da África além dos documentos oficiais*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=jgioTtn010k>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e a educação feminina no século XIX. In: FERNANDI, Adenir Maria; BORGES, Fernandi Tadeu de Miranda (orgs.). *Mulheres e famílias no Brasil*. Cuiabá: Carlini&Caniato, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6. ed. Curitiba: Editora, Porto 2004.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

IBGE. Censo demográfico 2010. Peixoto de Azevedo. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=510642>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

Jornal O Estado de Mato Grosso, Cattete: Polamazônia supera expectativas. p. 10, 27 jul. 1977.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

PANNUTI, Maria Regina Viana. *História: o processo de ocupação de Mato Grosso*. 2. ed. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Preira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1991.

RIBEIRO, José Donizette. *Terra e garimpos: um estudo da violência na consolidação do espaço da colonização*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 233-245.

WEIL, Pierre. *O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal*. Por Pierre Weil e Roland Tompakow. 58. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.